

Procedimento concursal de regularização extraordinária com vista ao preenchimento de um (1) posto de trabalho para o mapa de pessoal da Direção-Geral do Património Cultural na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de assistente técnico, para exercer funções na de gestão de stocks da Divisão Comercial.

PROJETO DE LISTA DE CANDIDATOS ADMITIDOS E EXCLUÍDOS

Nos termos do nº 1 do artigo 21º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público o projeto de lista de candidatos admitidos e excluídos do procedimento concursal de regularização extraordinária identificado em epígrafe, aberto pelo código da publicitação do procedimento na BEP: OE2019009/0584.

Nº	NOME DO (A) CANDIDATO (A)	OBSERVAÇÕES
1	Ana Cláudia dos Santos Vieira Ferreira	EXCLUÍDA ^(b)
2	Ana Rita da Silva Videira	EXCLUÍDA ^(b)
3	Andreia Filipa Francisco Nunes Rodrigues	EXCLUÍDA ^(b)
4	Bruno Miguel Vaz Rodrigues	EXCLUÍDO ^(b)
5	Lúcia de Lurdes Ferreira	EXCLUÍDA ^(b)
6	Madalena Nogueira de Freitas Pinheiro	EXCLUÍDA ^(b)
7	Marco Pedro da Cunha Moreira	EXCLUÍDO ^(b)
8	Margarida Maria Ramos Sousa	EXCLUÍDA ^(b)
9	Nuno Ribeiro Morais	EXCLUÍDO ^(b)
10	Paula Alexandra Costa dos Santos Cruz	ADMITIDA ^(a)
11	Rute Maria dos Santos Botelho Rodrigues	EXCLUÍDA ^(b)
12	Susana Moura de Carvalho	EXCLUÍDA ^(b)

Fundamentos de admissão:

a) Candidato(a) admitido(a) ao método de seleção obrigatório – Avaliação Curricular.



Fundamentos de exclusão:

b) Não exerce ou exerceu funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria a concurso, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

Conforme estabelecido no n.º 5 do artigo 23.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, os factos que sejam considerados relevantes e adequados para efeitos de reapreciação do júri deverão ser apresentados através do preenchimento do formulário para o exercício do direito de participação dos interessados, disponível em www.patrimoniocultural.gov.pt.

Lisboa, 25 de outubro de 2019.

A Presidente do júri,

(Maria do Céu Mendes Boavida)